

A Política Militar Brasileira: da Missão de Instrução de Artilharia de Costa à Comissão Conjunta Brasil-EUA (1934-1945)

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO

Este ensaio tem como proposta analisar o posicionamento político-militar brasileiro com os Estados Unidos da América (EUA) durante os anos 1934 e 1945, principalmente depois da chegada da Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC), em 1934, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário alemão e o francês, até a consolidação deste posicionamento, com a assinatura do acordo entre Brasil e EUA, em 1942. Pretende-se, com essa investigação, analisar as relações militares do Brasil com a os Estados Unidos, a partir da implantação de duas Comissões Conjuntas de Defesa (uma em Washington e outra no Rio de Janeiro) em 1942.

Palavras-chave: Missões Militares Estrangeiras. Acordos Militares. Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

This essay aims at analyzing the Brazilian political-military position with the United States of America (USA) during the years 1934 and 1945. The study focuses especially after the arrival of the Coastal Artillery Instruction Mission (MIAC) in 1934, which gradually replaced doctrinal thinking German and French, until the consolidation of this position, with the signing of the agreement between Brazil and the USA in 1942. This investigation intends to analyze Brazil's military relations with the United States, since the establishment of two Joint Defense Commissions (one in Washington and one in Rio de Janeiro) in 1942.

Keywords: *Foreign Military Missions. Military Agreements. Second World War.*

* Doutor em História Política, professor do PPGH da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, FAPERJ.

Sumário Executivo

Este trabalho tem como objetivo analisar o posicionamento político-militar brasileiro com os Estados Unidos da América (EUA) durante os anos 1934 e 1945, principalmente depois da chegada da Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC), em 1934, contratada para atuar na defesa do litoral brasileiro, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário alemão e o francês, até a consolidação desse posicionamento, com a assinatura do acordo entre Brasil e EUA, em 1942. Pretende-se, com essa investigação, dar subsídios para análise do aprofundamento das relações militares do Brasil com a os Estados Unidos, a partir de contratos de missões militares estrangeiras, visitas de delegações militares dos dois exércitos, conversações secretas sobre a defesa do continente, negociação da instalação de bases militares norte-americanas no Brasil, venda de matéria-prima estratégica, e principalmente, a partir da implantação de duas Comissões Conjuntas de Defesa: a *Joint Brazil United States Defense Commission – JBUSDC* (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos – CCDBEU) com sede em Washington, e a *Joint Brazil United States Military Commission – JBUSMC* (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos – CMCBEU), com sede no Rio de Janeiro. Conclui-se que coube a ambas as comissões (JBUSDC e JBUSMC), a execução de uma série de atividades de alta relevância para a história da aliança militar entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial. E mais ainda, é importante notar que a JBUSMC funcionou como uma autêntica missão militar de instrução e aperfeiçoamento do Exército Brasileiro. A dinâmica de trabalho e negociação instaurada pelas comissões do Rio e de Washington sobreviveria por longo tempo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, funcionando até 1977 quando, no contexto de uma grave crise diplomática e militar, foram extintas pelo presidente Ernesto Geisel.

Da Instrução de Artilharia de Costa à Doutrina Militar Americana

No campo das relações internacionais, a década de 1930 é caracterizada por uma crescente instabilidade internacional, em consequência de tensões políticas como, por exemplo, a ascensão do nazismo na Alemanha, ocorrida na crise econômica mundial de 1929. Já com relação à política externa dos Estados Unidos da América (EUA) junto à América Latina, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, no contexto político mundial, existia o perigo de alinhamento ou cooperação de nações latino-americanas ao regime nazifascista da Europa. Dentro dessa perspectiva, percebe-se uma disputa velada entre a Alemanha e os EUA pela venda de material bélico, o que poderia representar, na aproximação e no alinhamento direto com o Brasil, um elemento estrategicamente importante no cenário

político e geográfico do continente sul-americano e do Atlântico Sul.

No ano de 1934, foi contratada a Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC). Sua atuação se deu primeiro na criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC), com sede na capital federal, no Forte da Vigia, sendo que, provisoriamente, se instalou na Fortaleza de São João, nas dependências do 2º Grupo de Artilharia de Costa; e posteriormente, na Escola Técnica do Exército (ETE). Começavam aí os primeiros contatos relevantes entre militares do Brasil e dos EUA.

O contrato com a MIAC foi renovado, em 12 de novembro de 1936, para cooperar com o Estado-Maior do Exército (EME) brasileiro, atuando com a Inspeção de Defesa de Costa, e com oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do CIAC, além de

superintender os seus cursos e auxiliar a instrução. A missão tinha também a seu cargo, os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na ETE, onde deveria auxiliar as respectivas instruções. A Inspetoria da Defesa de Costa procurou uniformizar a instrução dessa especialidade da Artilharia em todo o Brasil.

Em 1936, o CIAC foi considerado pelo Alto Comando da Artilharia e pelo próprio Ministro da Guerra, General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, fonte irradiadora dos modernos conhecimentos, condição obtida com a contratação da MIAC. No relatório do Ministério da Guerra de 1936, observa-se a admiração do relator com os resultados obtidos e o desempenho da MIAC no ano de 1935, no que diz respeito à transmissão de conhecimentos profissionais e ao fortalecimento dos laços de amizade entre os militares dos dois países.

Em 1938, o Departamento de Estado norte-americano determinou a prestação de ajuda militar a fim de fortalecer os laços de amizade entre os Estados Unidos e a América Latina, lançando as bases de uma cooperação militar e naval mais próxima de uma realidade de contrapor as investidas nazistas (McCANN, 1995, p. 93). A cooperação consistia no treinamento de militares latino-americanos em Escolas das Armas nos Estados Unidos; realização de voos frequentes de demonstração das aeronaves americanas e visitas aos navios de guerra; convites a oficiais latino-americanos de alta patente para conhecer os Estados Unidos; fornecimento de publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos a bibliotecas militares e a designação de mais adidos militares e navais para o continente americano. Todos esses itens estavam vinculados ideologicamente à questão da solidariedade interamericana, de interesse dos Estados Unidos.

A partir de novembro de 1938, a nova política de defesa do hemisfério fez com que os planejadores militares dos EUA passassem a enxergar a importância do Brasil. Caso o país fosse ocupado por inimigos, esses poderiam, no futuro, ameaçar todo o

continente americano, inclusive os EUA. A vulnerabilidade militar do nordeste do Brasil era flagrante, e sua ocupação ameaçaria as defesas estadunidenses ao sul e no Caribe. A proteção do saliente nordestino contra uma agressão tornou-se o marco dos planos militares estadunidenses para defender a frente atlântica do hemisfério (CONN e FAIRCHILD, 2000, p. 325).

O acontecimento mais importante para essa aproximação foi a visita ao Brasil de uma delegação militar dos EUA, composta por oficiais da Divisão de Planejamento de Guerra e da Aviação, chefiada pelo Chefe do Estado Maior, General George Marshall, no período de 25 de maio a 7 de junho de 1939. Em seguida, houve a retribuição desta visita, com a ida do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do EME, aos Estados Unidos. Esse evento é, certamente, o marco primordial na formação da aliança militar Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial. No entanto, a influência norte-americana começou a ser sentida com maior intensidade a partir do final do ano de 1939, principalmente, no momento em que se aproximava o início da Segunda Guerra Mundial. Com relação a essa aproximação entre os dois países, pode-se destacar a visita da Delegação Militar dos Estados Unidos, no período de 14 a 23 de novembro de 1939, chefiada pelo General Delos C. Emmons, que trouxe sete Fortalezas Voadoras (Bombardeiros B-17), representando o governo e o Exército norte-americano nas festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República.

Conversações secretas e ostensivas foram mantidas por interesses diversos do governo dos EUA e do Brasil, como o caso das relações militares estratégicas, envolvendo o estabelecimento de bases militares no norte e nordeste brasileiro, com o objetivo de dinamizar a defesa ao sul do continente americano. Iniciaram-se, paralelamente, as negociações para o estabelecimento de um convênio militar entre Brasil e Estados Unidos, quando, então, oficiais brasileiros foram enviados àquele país

para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais, e realizadas visitas de outros do alto escalão para conhecerem a organização do Exército dos Estados Unidos, assim como, também, chegaram ao Brasil oficiais americanos do alto escalão. Segundo Jehovah Motta (1998, p. 299), a ida desses oficiais aos Estados Unidos, com o decorrer do tempo, aumentou o entrosamento entre os integrantes dos dois exércitos, pois, ao retornarem, traziam novas ideias sobre a organização, armamento, currículos, mas, principalmente, novas ideias a respeito dos padrões e estilos de trabalhos e de convivência militar.

As negociações militares entre o Brasil e os EUA, desde seu início, foram lentas e difíceis. Os personagens envolvidos desde 1939 esperavam que, com a guerra em andamento, houvesse melhor empenho do Brasil para melhorar sua defesa, e os norte-americanos esperavam poder estabelecer rapidamente as bases aéreas necessárias ao seu planejamento militar. Negociações com desconfianças de ambas as partes não poderiam ser realizadas sem dificuldades. Essa foi a tônica dos acontecimentos ocorridos em boa parte dos anos de 1940 e 1941. O Brasil não possuía recursos financeiros para comprar armamentos dos EUA, e somente contava com o envio do material bélico já adquirido junto à Alemanha. O país também não possuía um parque industrial para suprir com equipamentos modernos as suas forças armadas. A simples transferência de unidades militares de outras regiões do Brasil para o Nordeste, a região que preocupava os EUA, não resolveria o problema. Além disso, a cúpula do Exército Brasileiro foi contra a possibilidade do envio de tropas norte-americanas para ocuparem as bases do Nordeste, porque isto era considerado como a perda da soberania brasileira na região.

No entanto, o centro das tensões para as questões militares dizia respeito ao envio de armamento moderno, de grande proveito aos países latino-americanos, e que poderia gerar o desequilíbrio de poder na América Latina. Além disso, o suprimento de armas, pelos EUA, em que era fundamental a cooperação militar, tinha vários obstáculos à

sua realização, tais como: legislação restritiva e incapacidade das indústrias bélicas norte-americanas de produzirem a preço e condições de pagamento viáveis aos países latino-americanos. Para eles seria mais cômodo o envio de tropas para a região.

No dia 29 de outubro de 1940, o ministro da Guerra general Dutra e o tenente Coronel Miller, adido militar dos EUA, firmaram, no Rio de Janeiro, um acordo para que autoridades militares dos dois países estudassem conjuntamente os problemas relativos à segurança continental. O acordo previa, além do estudo das questões de defesa, algumas hipóteses de ação militar por parte das forças armadas envolvidas. Foi firmado um compromisso de ajuda mútua. Esse acordo foi resultado direto das negociações entre os Generais Góes Monteiro e Marshall.

Em janeiro de 1941, foi firmado um acordo para instalação de uma nova missão militar dos EUA no Brasil e, em maio de 1941, o coronel Ridgway, representando o Exército norte-americano, propôs ao Chefe do EME um projeto de planejamento em nível de Estados-Maiores conjuntos. O que estava sendo proposto era a realização de manobras militares conjuntas no Nordeste brasileiro, com maciça presença de militares dos EUA.

As conversações que se seguiram resultaram na assinatura, em 24 de julho de 1941, do Acordo para Planejamento Conjunto Brasileiro-Americano. Para execução do acordo foi designada uma comissão formada por seis oficiais do Estado-Maior do Brasil e cinco do Estado-Maior dos EUA. O que se pretendia, era propor medidas para reforçar a defesa do Nordeste do Brasil. O acordo fracassou. As negociações foram interrompidas pelo General Dutra, que assumiu rejeição contra a planejada presença de tropas dos EUA no Nordeste brasileiro, entendida como ocupação militar estrangeira. E para piorar o quadro das relações militares entre os dois países, até o final do ano de 1941, os EUA não tinham enviado o armamento moderno prometido.

No que diz respeito às relações diplomáticas, observa-se que o alinhamento

dos países da América Latina se consolidou na Conferência do Rio, realizada, entre 15 e 28 de janeiro de 1942, quando se atingiu o ponto máximo dos esforços norte-americanos com relação à coordenação de uma política internacional para o continente, em oposição ao nazifascismo. O principal objetivo da reunião era a aprovação de uma resolução de rompimento que fosse declarada por ocasião da Reunião dos Chanceleres. No entanto, pela recusa das delegações da Argentina e do Chile em assinar essa disposição, aprovou-se outra que apenas recomendava o rompimento das relações com os países do Eixo. O Brasil suspendeu, então, as relações diplomáticas com a Alemanha em 28 de janeiro de 1942, depois da Reunião dos Chanceleres, e o preço dessa decisão foi o afundamento de navios mercantes na costa brasileira.

O ponto alto da aliança Brasil-EUA deu-se com a criação de comissões militares conjuntas. O acordo assinado em 23 de maio de 1942, para planejar e executar as futuras operações militares previa a criação de duas comissões: a *Joint Brazil United States Defense Commission* – JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos – CCDBEU) com sede em Washington, e a *Joint Brazil United States Military Commission* – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos – CMCBEU), com sede no Rio de Janeiro.

Em 30 de dezembro de 1942, realizou-se, no Palácio do Itamaraty, a posse dos membros brasileiros e norte-americanos da comissão conjunta, criada para articular as medidas necessárias a uma cooperação eficiente entre as autoridades militares dos dois países. Em Washington constituiu-se outra comissão conjunta, chefiada pelo General Estevão Leitão de Carvalho, e integrada pelo Vice-Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos e pelo Coronel Vasco Alves Seco, representantes do Exército, da Marinha e da Força Aérea Brasileira, e por autoridades militares norte-americanas. A JBUSDC instalou-se em 25 de agosto de 1942, entrando a questão em sua fase final, e sendo examinada, a partir daquele

momento, com mais objetividade. Segundo o General Estevão Leitão de Carvalho, inspirava as duas comissões o propósito de eliminar de vez as divergências que, durante tanto tempo, haviam impedido que se chegasse a resultados práticos. No que se referem as negociações militares, os resultados foram bastante importantes. Os EUA se comprometiam a financiar com até US\$ 200 milhões via *Lend Lease* a aquisição de material militar para as Forças Armadas brasileiras, tanto para compra de armas e munições, quanto de insumos para a produção bélica nacional.

As primeiras questões submetidas a estudo na comissão de Washington consistiram em assuntos especiais de interesse imediato, referentes à regulamentação das atividades militares no Norte e Nordeste brasileiro e ao fornecimento de alguns materiais para o Brasil. Resoluções foram aprovadas entre 1942 e 1944, para atender os interesses dos dois países, tais como: entrega de 18 aviões A-29 à Força Aérea Brasileira, para o patrulhamento da costa norte e nordeste do Brasil, em colaboração com a Marinha dos Estados Unidos; rígido regime disciplinar dos soldados e marinheiros, no Brasil; centralização, em Washington, das comissões brasileiras de compra de material bélico; fornecimento de armas automáticas para a defesa imediata dos campos de aviação, aeródromos, zonas de abastecimento de combustível e instalações de defesa das zonas de Belém, Natal e Recife; estabelecimento de enfermarias e hospitais norte-americanos no território brasileiro em locais onde estavam localizadas as bases utilizadas pelos norte-americanos; atribui à Marinha dos EUA o comando de operações navais conjuntas; estabelece a defesa do litoral sul e sudeste do Brasil; cria a Força Expedicionária Brasileira (FEB) com 03 Divisões de Infantaria e apoio aéreo, armadas e supridas pelos EUA; e regulamentação da FEB com comando dos EUA em operações além mar.

É importante entender que coube a ambas as comissões (JBUSDC e JBUSMC), a execução de uma série de atividades de alta

relevância para a história da aliança militar entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial. E mais ainda, é importante notar que a JBUSMC funcionou como uma autêntica missão militar de instrução e aperfeiçoamento do Exército Brasileiro. A dinâmica de trabalho e negociação instaurada pelas comissões do Rio e de Washington sobreviveria por longo tempo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, funcionando até 1977 quando, no contexto de uma grave crise diplomática e militar, foram extintas pelo presidente Ernesto Geisel.

Para os oficiais do Estado-Maior do Exército, ao final da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado do Exército norte-americano, mostrou-se a urgência de uma profunda reorganização e modernização do Exército. As considerações finais do Relatório Anual do EME, de 1945, estabelecem um grito de alerta para essas modificações, inclusive enfatizando a premência de se adotar a organização e a doutrina militar norte-americana, baseadas na motomecanização, e, para tanto, ainda se esperava o auxílio dos EUA.

Reflexões sobre a relação Brasil e EUA

Durante a Segunda Guerra Mundial as relações Brasil-EUA passam a se estreitar no campo militar, principalmente a partir do debate em torno das inovações da guerra e da doutrina militar francesa, posta em xeque pela espetacular vitória alemã em 1940. A segunda metade do século XX será marcada pelo fim do domínio europeu no sistema internacional e a ascensão da bipolaridade entre EUA e URSS. Dentro desse contexto, o Brasil cumprirá papel de aliado regional, inserido na hegemonia norte-americana no mundo ocidental.

O enquadramento do Exército Brasileiro dentro da estrutura organizacional do V Exército norte-americano, integrante do

X Grupo de Exércitos Aliados permitiu-nos uma experiência bastante intensa e tensa no campo operacional. O EB vinha de uma experiência de mais de vinte anos adotando a doutrina militar francesa de emprego em operações ofensivas de choque frontal e destruição do inimigo, que não foi muito eficaz contra a *Blitzkrieg*, cuja essência visava não apenas o choque e a destruição das forças físicas do inimigo, mas também o seu moral. Entre o final de 1943 e 30 de junho de 1944 (embarque do 1º Escalão da FEB), intensificou-se o intercâmbio de material e desenvolveu-se a preparação da tropa brasileira para atuar no teatro de operações do Mediterrâneo com base no modelo doutrinário dos EUA, baseado em doutrinas de ataque impostas pelo desenvolvimento tecnológico no campo da aviação, da artilharia e dos blindados. O ataque era lançado com grande apoio da aviação e a artilharia oferecia apoio de fogo complementar. Podem ser observadas ainda, manobras de envolvimento e ataques pelos flancos, manobras que ainda estavam em fase de transformação e aprendizado. Os resultados no teatro de operações foram conflitos de decisões no comando, manutenção em alguns casos de estratégias francesas e dificuldades no entendimento da língua inglesa, fatos que aumentaram as tensões entre os militares norte-americanos e brasileiros.

As considerações finais do Estado-Maior do Exército, em 1945, estabelecem um grito de alerta para importantes modificações, enfatizando a premência de se adotar a organização e a doutrina militar norte-americana, baseadas na motomecanização, no entanto eles teriam que romper com o cunho mais conservador que inovador que revelaram intensos debates no interior do Exército Brasileiro, opondo militares de gerações distintas, revelando a luta da instituição para conservar e inovar, processo em permanente agonia e quase sempre catalisado, com ferocidade, pelos grandes conflitos.

Referências

- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord.). **O Exército na História do Brasil**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Bibliex; Salvador: Odebrecht, 1998.
- CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental, o exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial**. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- ESTEVES, Coronel Diniz (Compilado). **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado. Teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.
- McCANN, Frank D. **A aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945**. Tradução de Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- OLIVEIRA, Dennison. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.